



Execução de 2020 começa com saldo orçamental positivo de 1.287,5 ME

A execução orçamental em contabilidade pública das Administrações Públicas (AP) de janeiro registou um saldo de 1.287,5 ME. Em termos homólogos verificou-se uma degradação de 238,5 ME explicada pelo crescimento da despesa (11,5%) superior ao da receita (5,5%).

A execução de janeiro, para além de ainda ser pouco representativa, encontra-se neste mês influenciada por efeitos significativos que afetam a comparabilidade em termos homólogos por decorrerem de operações com desfasamentos temporais, nomeadamente a antecipação do pagamento das contribuições para a UE (+157 ME).

Excluindo estes efeitos o saldo apresentaria uma melhoria em cerca de 84 ME com um crescimento da receita em 5,1% e da despesa em 4,8%.

Receita traduz o crescimento da atividade económica e do emprego

O forte crescimento da receita de 5,5% resulta do comportamento muito favorável da economia e do mercado de trabalho que teve reflexo no crescimento de 8,2% da receita das contribuições para a Segurança Social. A



receita fiscal cresceu 1%, destacando-se o crescimento de 3,8% do IRS e de 3,4% no IVA.

Forte crescimento das despesas com pessoal e no SNS

A despesa primária cresceu 4,6%, ajustada de efeitos pontuais, influenciada pelo expressivo crescimento da despesa do SNS em 6,5%, nomeadamente em despesas com pessoal (+7,1%) [Nota 1].

A despesa com salários dos funcionários públicos, cresceu 4,2%, corrigida de efeitos pontuais [Nota 2], apesar de ainda não incluir o efeito da atualização salarial de 2020 que se deverá refletir a partir de abril.

Este aumento expressivo das despesas com pessoal resulta do impacto da conclusão do processo de descongelamento das carreiras, o que implicou que no mês anterior cerca de 500 mil funcionários públicos tenham beneficiado da última fase do processo de descongelamento e tenham passado a receber, pela primeira vez na última década, 100% do valor das progressões. Para 2020 prevê-se um aumento do salário médio de 3,3% dos funcionários públicos.

Para além disso, destaca-se o reforço das contratações de profissionais afetos ao SNS, o que se traduziu num aumento homólogo de 5,1%, correspondendo a 6.657 trabalhadores (2,8% excluindo os cerca de 3.000 trabalhadores do



Hospital de Braga, que em janeiro de 2019 estava na esfera orçamental como PPP).

Salienta-se ainda o forte crescimento da despesa da Segurança Social (+5,5%) associada à despesa com pensões (5,3%) e prestações sociais (3,6%). Destaca-se o crescimento das despesas com o Abono de Família (16,6%) e a Prestação Social para a Inclusão (38,4%) dirigida a pessoas com deficiência.

Investimento público na Administração Central em forte aceleração

Apesar de janeiro ainda ser pouco representativo, o investimento público aumentou 132% na Administração Central, excluindo PPPs. Esta evolução resultou sobretudo da forte dinâmica de crescimento no âmbito do plano de investimentos Ferrovia 2020.

Redução dos pagamentos em atraso no Serviço Nacional de Saúde de 169,9 ME

Os pagamentos em atraso reduziram-se em 163,4 ME face a janeiro de 2019 explicado em grande medida pela diminuição dos pagamentos em atraso no SNS em 169,9 ME.

[Nota 1] Ajustado do efeito do fim da PPP de Braga.

[NOTA 2] No SNS considerou-se os dados da conta financeira ajustados do efeito do fim da PPP de Braga. Sem correções despesas com pessoal cresceram 6,7%.



DESPESAS COM PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM 2020

De acordo com o apresentado no Orçamento do Estado para 2020, o crescimento da despesa total com pessoal em 2020 deverá ser de 3,6%, ultrapassando assim o valor de 3% referido no Programa de Governo como referência de crescimento da massa salarial.

Fim do processo de descongelamento explica aumento das despesas com pessoal

Este aumento expressivo da massa salarial resulta, em grande medida, da conclusão do faseamento do processo de descongelamento das carreiras dos funcionários públicos.

Em dezembro de 2019, cerca de 500 mil funcionários públicos beneficiaram da última fase do processo de descongelamento e passaram a receber 100% do valor das progressões. Tal significa que em 2020, pela primeira vez na última década, todos os direitos de progressão passarão a ser integralmente suportados.

O impacto em 2020 na massa salarial desta última fase do processo de descongelamento das progressões é de mais 527 milhões de euros face a 2019



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DAS FINANÇAS

(o que explica 2,5 pontos percentuais do crescimento do salário médio por funcionário). A isto soma-se a revisão de algumas carreiras assim como os acordos nas empresas públicas, que fazem com que o crescimento do salário médio suba mais 0,4 pontos percentuais.

Atualização e fim do descongelamento das carreiras conduzem a aumento médio dos salários de 3,3%

Adicionalmente, os salários da Administração Pública serão atualizados de forma transversal, em linha com a inflação. Para os salários mais baixos prevê-se um aumento a uma taxa superior a 1,5% (aumento de 10 euros da base remuneratória bem como todos os valores existentes até ao Nível 5 da TRU).

Esta medida visa refletir a preocupação com as remunerações mais baixas e que simultaneamente se encontrem na base da carreira da Administração Pública (nomeadamente a base da carreira dos Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais) e que por esse motivo não beneficiaram em dezembro de 2019 de aumentos salariais decorrentes da última da fase do processo de descongelamento. Prevê-se que a atualização destes níveis remuneratórios mais baixos beneficie cerca de 150 mil trabalhadores da Administração Pública.

Com estas atualizações salariais, e considerando as outras duas componentes



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DAS FINANÇAS

de valorização salarial, o aumento do salário médio em 2020 deverão cifrar-se em 3,3%.